

Plataforma para inclusão de Metas Nacionais 2019 está disponível



Metas do Judiciário 2019

- 1 Julgar **mais** processos do que a quantidade distribuída no ano
- 2 Julgar processos **antigos**
- 3 Priorizar a **conciliação**
- 4 Ampliar o combate à **corrupção, improbidade administrativa e ilícitos eleitorais**
- 5 Aumentar o índice de **execução**
- 6 Julgar mais **ações coletivas**
- 7 Identificar e reduzir **demandas repetitivas**
- 8 Julgar mais casos de **feminicídio e de violência doméstica**

Fonte: Conselho Nacional de Justiça

tém nos moldes de 2018. Os tribunais, no entanto, precisam estar atentos ao calendário atual, uma vez que os dados dos meses de janeiro a abril deverão ser lançados excepcionalmente até o dia 27 de junho. A próxima etapa será a liberação dos resultados, o que dependerá

da velocidade da inserção das informações na plataforma. Confira o calendário para o lançamento de dados no sistema de Metas 2019 no link: <https://bit.ly/30LK8WY>

O Painel de Resultados das Metas Nacionais oferece uma série de funcionalidades, como a visualização do cumprimento das metas em tempo real, ou seja, a maioria dos segmentos de Justiça conseguem acompanhar o seu desempenho instantaneamente. A plataforma permite ao usuário monitorar cada tribunal especificamente, segmentando por metas e por instância. É possível também fazer cruzamento de dados entre tribunais e instâncias, e exportar as informações para uma planilha do Excel.

Reunião Preparatória - A primeira Reunião Preparatória para o XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário - que apresentará os Resultados das Metas Nacionais 2018, o Relatório de Aprendizagem da Execução das Metas Nacionais 2018 e debaterá o Glossário das Metas Nacionais 2019 - está agendada para o dia 29 deste mês. O evento ocorrerá no Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília.

Fonte: CNJ

CJF libera R\$1,1 bilhão em RPVs autuadas em abril de 2019



O Conselho da Justiça Federal (CJF) liberou aos tribunais regionais federais (TRFs) os limites financeiros no valor de R\$1.195.535.103,97 relativos ao pagamento das requisições de pequeno valor (RPVs), autuadas em abril de 2019, para um total de 126.625 processos, com 147.802 beneficiários.

Do total geral, R\$971.597.315,65 correspondem a matérias previdenciárias e assistenciais, a exemplo de revisões de

O evento reunirá presidentes dos tribunais, integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, responsáveis pela área de Gestão Estratégica e servidores da área de estatística.

Formulação das Metas Nacionais 2020 - O CNJ já elaborou o caderno de Formulação das Metas Nacionais do Poder Judiciário 2020. O documento apresentará os procedimentos e o cronograma de execução que irão nortear os trabalhos ao longo deste ano. A partir de 2017, o CNJ disponibiliza o caderno para os tribunais e conselhos, a fim orientá-los na construção das Metas Nacionais para o ano seguinte. Para acessar o caderno deste ano, visite o link: <https://bit.ly/2WrT1VN>

Assim como 2018, o Poder Judiciário estabelece o cumprimento de oito metas para este ano. A Meta 1 estabelece que se deve julgar mais processos que o número de processos distribuídos. A Meta 2 trata do esforço em julgar processos mais antigos, já a Meta 3 visa aumentar os casos solucionados por conciliação (Justiça Federal, Justiça do Trabalho e Justiça Estadual).

Na sequência, a Meta 4 trata da priorização do julgamento de processos relativos à crimes contra a administração pública, improbidade administrativa e ilícitos eleitorais, a Meta 5 visa impulsionar processos à execução (Justiça Federal e Justiça do Trabalho). As metas 6 e 7 tratam, respectivamente, da priorização do julgamento de ações coletivas e da priorização do julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos. Por fim, a Meta 8 trata de priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres. Confira as Metas Nacionais para 2019 por meio do link: <https://bit.ly/2W9snBJ>

Fonte: CNJ

Aprovada regulamentação do julgamento virtual pelas Turmas Recursais da 1ª Região



Em conformidade com a Lei nº 11.419/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, o Conselho de Administração do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) aprovou, no dia 16 de maio, a proposta de regulamentação do julgamento virtual pelas Turmas Recursais da 1ª Região (TRs). O uso de meio eletrônico de julgamento permitirá que novas tecnologias sejam incorporadas à realidade dos JEFs, além de garantir a padronização dos procedimentos e regras dos julgamentos virtuais realizados pelas Turmas Recursais da 1ª Região.

A iniciativa partiu do juiz federal Leonardo Augusto de Almeida Aguiar, então presidente da Primeira Turma Recursal da Subseção Judiciária de Juiz de Fora/MG, seccional pioneira na implantação do PJe para as classes cíveis de Juizado Especial Federal nas Turmas Recursais. (Fonte: TRF1)

Enap lança aplicativo para alunos

Já está disponível para download gratuito para smartphones iOS e Android o novo aplicativo da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Com diversas funcionalidades e novidades, o EnApp tem como objetivo flexibilizar o acesso, por parte dos servidores públicos e do público em geral, aos cursos e aos serviços oferecidos pela Escola.

Estão disponíveis várias funcionalidades no menu do aplicativo, como a escolha de cursos e turmas, matrículas, registro de presença por geolocalização, alertas para cursos de interesse do aluno, atualização de dados, calendário de cursos etc.

A ferramenta é gratuita e pode ser baixada na Google Play, para dispositivos com o sistema Android, e na App Store, para aparelhos com o sistema IOS.

Fonte: ENAP

Aniversariantes

Hoje: Cláudio Santana dos Santos (Barreiras), Vagner Campelo Menezes Filho (NUCJU), Vanilda Rodrigues dos Santos Silva (Teixeira de Freitas), Andréia Diniz Feitosa (Itabuna) e Renata Silva Ferreiro Soares (Itabuna). **Amanhã:** Bianca Boaventura de Oliveira Lacerda (Vitória da Conquista), Thaine Rodrigues da Silva (Feira de Santana) e Mércia Fernanda dos Santos (Mega Service).

Parabéns!

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juiz federal Dirley da Cunha Júnior, diretor do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Fotos, distribuição, revisão e impressão:** Setor de Comunicação Social. **Encarregada:** Rita Miranda. **Diagramação e redação:** Rodrigo Sarmento Silva dos Santos. **Tiragem:** 4 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.

Fonte: CJF